



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A ÁFRICA

Vigésima-sétima Reunião do Comité de Peritos

26 – 29 de Março de 2008

*Quadragésima-primeira Sessão da Comissão Económica
para a África*

31 de Março – 2 de Abril de 2008



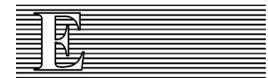
COMISSÃO DA
UNIÃO AFRICANA

Terceira Reunião do Comité de Peritos

Terceira Sessão da CAMEF

**Primeira Reunião Conjunta Anual da
Conferência da UA de Ministros de Economia e Finanças e
Conferência da CEA de Ministros Africanos de Finanças,
Planeamento e Desenvolvimento Económico**

Adis Abeba, Etiópia



Distribuição: Geral
E/ECA/COE/27/9
AU/CAMEF/EXP/9(III)
Data: 25 de Fevereiro de 2008

Original: Inglês

**Análise Regional de Financiamento e Desenvolvimento:
Perspectivas dos Países Africanos no Consenso de Monterrey**

Resultados do estudo

Índice

Páginas

Acrónimos	ii
Resumo analítico	iii
1. Introdução	1
2. Características das amostras	2
3. Resumo dos resultados	3
Mobilização de recursos internos	5
Mobilização de recursos internacionais	7
Comércio internacional como um motor de desenvolvimento.....	8
Cooperação internacional financeira e técnica.....	9
Dívida externa	11
Assuntos sistémicos.....	12
4. Desafios, constrangimentos e ensinamentos	13
5. Observações finais e acções de seguimento	14
Referências	16

Acrónimos

ADF	Fórum do Desenvolvimento Africano
AFT	Ajuda para o Comércio
APE	Acordo de Parceria Estratégica
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
PIB	Produto Interno Bruto
HIPCs	Países Pobres Altamente Endividados
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
PMA	Países Menos Avançados
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MDRI	Iniciativa Multilateral para a Redução da Dívida
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para a África
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio

Resumo analítico

Decorreram cinco anos desde que o Consenso de Monterrey foi adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo em Março de 2002. Globalmente, existe a preocupação em relação ao grau dos progressos na implementação do Consenso. Neste contexto, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) realizou um estudo nos países da região para auscultar as suas opiniões e percepções sobre o grau dos progressos na realização dos objectivos do Consenso nas seis áreas principais. As mensagens essenciais provenientes dos resultados do estudo são as seguintes:

- De um modo geral, registaram-se progressos muito limitados na realização dos objectivos do Consenso de Monterrey. Progressos significativos foram alcançados na área da redução da dívida. Contudo, o desempenho nas áreas de comércio internacional bem como de mobilização de recursos externos e internos foi insatisfatório.
- Embora os governos africanos estejam empenhados na mobilização de recursos internos, a poupança continua a ser inadequada para as necessidades de investimento. É necessário melhorar a governação e as infra-estruturas bancárias e explorar o potencial de mercados de capitais e instituições de micro-financiamento para a mobilização de recursos.
- Os governos africanos estabeleceram políticas para atrair os fluxos de capital privado, mas a resposta dos investidores estrangeiros não teve até agora nenhuma repercussão. O influxo de investimento estrangeiro directo aumentou, mas é ainda insuficiente e demasiado concentrado no sector dos recursos naturais para acelerar o crescimento e o desenvolvimento. Há necessidade de mais apoio dos doadores e das instituições regionais e internacionais, com vista a criar condições apropriadas para atrair mais fluxos privados.
- Embora as exportações tenham aumentado nos últimos anos, os inquiridos são de opinião que os doadores não fizeram muitos progressos na área de comércio internacional. As principais barreiras à promoção da exportação são o acesso ao mercado e estrangimentos de oferta.
- As entradas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em África estão a aumentar, como se demonstra nos dados e percepções de dirigentes africanos. No entanto, os doadores não estão a procurar cumprir os seus compromissos e as recentes entradas da ajuda tendem a concentrar-se em alguns países e em alguns sectores sociais (ajuda para as situações de emergência e redução da dívida). Há necessidade de aumentar a afectação da ajuda para sectores produtivos e também intensificar os esforços para a melhoria da eficácia da ajuda.
- Tem havido uma redução significativa no fardo da dívida externa dos países africanos como consequência das recentes iniciativas para a redução da dívida. Além disso, mais redução da dívida deve ser providenciada e os governos africanos devem ter cautela na realização de futuros empréstimos para garantir que tenham taxas de dívida sustentáveis.
- Embora tenha havido iniciativas recentes para a melhoria da administração dos sistemas internacionais monetários, financeiros e comerciais, os doadores devem

reforçar os seus esforços para realçar a posição dos países africanos nas organizações internacionais.

- Os principais desafios e constrangimentos para a implementação do Consenso de Monterrey são a governação deficiente, infra-estruturas inadequadas, ambiente desfavorável ao investimento, implementação inadequada de políticas e estratégias pelos governos africanos, falta de domínio de programas de desenvolvimento nacionais, falta de harmonização da ajuda por parte dos doadores, imprevisibilidade e restrição de fluxos da ajuda, e acesso reduzido aos mercados dos países desenvolvidos.
- Para acelerar os progressos, os governos africanos devem melhorar as infra-estruturas, o desenvolvimento de capacidades, a governação e tomada de decisão. Ao mesmo tempo, os parceiros de desenvolvimento devem acelerar o nível e a eficácia da ajuda, harmonizar e desentravar os fluxos da ajuda, proporcionar mais oportunidades de acesso de mercado para as exportações africanas, intensificar os esforços de redução da dívida e dar ênfase à participação da região nas organizações internacionais.

1. Introdução

O financiamento para o desenvolvimento tem um papel essencial na aceleração do crescimento e redução da pobreza na região africana (Banco Mundial, 2003; UNECA 2006). Pode proporcionar acesso aos recursos para o investimento nos principais projectos de desenvolvimento necessários ao crescimento económico sustentável. Pode igualmente permitir aos governos recolher os recursos necessários para investimentos públicos nas infra-estruturas sociais e físicas que têm efeitos evidentes na redução da pobreza. Todavia, vários países da região continuam a enfrentar sérios desafios na mobilização de recursos internos e internacionais para o desenvolvimento, incluindo a atracção de fluxos de capitais sustentáveis, que abrangem remessas, e que garantem que estão nos sectores com mais valia e de forte impacto no emprego; melhoria na mobilização de recursos internos através do aumento da poupança, rendimentos de impostos mais elevados e redução de fuga de capitais; procura de uma solução efectiva e duradoura para a crise da dívida externa que afecta vários países na região; aumento da quantidade e melhoria da eficácia e da capacidade de absorção da ajuda nos países beneficiários; e uso do comércio internacional como um veículo eficaz para a mobilização de recursos.

O Consenso de Monterrey adoptado na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em 2002 foi a primeira iniciativa para a abordagem ampla dos desafios de financiamento do desenvolvimento, especialmente no contexto da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). O Consenso requer uma nova parceria entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e abrange seis principais áreas de acção (Nações Unidas 2002):

- Mobilização de recursos financeiros internos;
- Mobilização de recursos financeiros internacionais (fluxos de capitais privados);
- Promoção do comércio internacional como um motor do desenvolvimento;
- Reforço da cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento;
- Financiamento sustentável da dívida e redução da dívida externa; e
- Abordagem de assuntos sistémicos.

Os compromissos assumidos no Consenso de Monterrey foram reafirmados nos resultados de várias reuniões de alto nível realizadas em 2005, nomeadamente os Resultados da Cimeira Mundial, a Declaração da Cimeira de G-8 de Gleneagles e a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda. Na Cimeira de Gleneagles, os líderes dos países do G-8 comprometeram-se a aumentar, juntamente com outros doadores, o total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) à África em 25 biliões de dólares por ano até 2010. Prometeram igualmente cancelar 100 por cento das dívidas pendentes de Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) e Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF). Estas promessas sobre a dívida estão a ser efectuadas através da Iniciativa Multilateral para a Redução da Dívida (MDRI).

A Declaração de Paris incidiu sobre a questão de qualidade da ajuda estabelecendo um quadro para a distribuição e gestão da ajuda em conformidade com o objectivo fundamental de

redução da pobreza nos países beneficiários. A Declaração estipula directivas em cinco áreas principais: apropriação; enquadramento; harmonização; gestão de resultados; e responsabilidade mútua. Identifica igualmente medidas específicas a serem tomadas para melhorar a eficácia da ajuda até 2010, que devem ser controladas por meio de um conjunto de indicadores e metas.

Apesar do grande número de compromissos e declarações que foram feitos desde que o Consenso de Monterrey foi adoptado, constata-se que se registaram poucos progressos no cumprimento dos compromissos e conseqüentemente na realização dos principais objectivos do Consenso nas seis áreas essenciais. Os líderes do G-8 reiteraram essas preocupações na sua Cimeira de 2006 em St Petersburg assim como na Cimeira de Heiligendamn realizada em 2007. Foi também o principal motivo para a sua decisão de lançar o Africa Progress Panel (APP) em Abril de 2007 com o objectivo de trabalhar com os países africanos e seus parceiros de desenvolvimento para garantir o cumprimento de promessas feitas para a região. A preocupação acerca do fraco cumprimento das promessas levaram também os governos africanos a assumir o controlo na implementação de compromissos feitos pelos doadores através de uma Conferência Ministerial Anual sobre Financiamento para o Desenvolvimento. A primeira Conferência realizou-se em Abuja, Nigéria, de 20 a 22 de Maio de 2006 e a segunda foi realizada em Acra, Gana, de 30 a 31 de Maio de 2007.

Estas inquietações conduziram ainda a acções a nível internacional. Por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas está a organizar uma “Conferência Internacional de Seguimento sobre Financiamento para o Desenvolvimento” em Doha, Qatar, na segunda metade de 2008 com o objectivo de avaliar os progressos registados na implementação do Consenso de Monterrey, debater problemas bem como experiências, e explorar opções para desenvolver a agenda de financiamento para o desenvolvimento.

Neste contexto, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) realizou um estudo dos países da região, com vista a assegurar que as suas opiniões, interesses e preocupações fossem adequadamente articulados e apresentados à comunidade internacional. O inquérito envolveu as seis áreas principais do Consenso de Monterrey e foi baseado num conjunto de questionários enviados a vários peritos e altos funcionários colocados nos bancos centrais e ministérios de finanças, planeamento e desenvolvimento económico. Este documento resume os resultados do inquérito, que foi realizado em Março e Abril de 2007.

O estudo é exclusivo, na medida em que é a primeira iniciativa abrangente destinada a obter os pontos de vista dos países africanos com base nos dados do inquérito. As avaliações anteriores dos progressos na implementação do Consenso de Monterrey em África foram baseadas nos dados secundários publicados pelas organizações internacionais. Embora isto seja útil na apresentação de factos estilizados, acontece que muitas vezes as percepções diferem dos factos e elas podem ter um impacto profundo nas atitudes assim como no comportamento dos dirigentes. Por conseguinte, convém comparar os resultados do estudo com outros dados macroeconómicos publicados.

2. Características das amostras

A África é constituída por um grupo heterogéneo de países. Tem países exportadores de petróleo, países insulares e encravados, mercados emergentes, países menos avançados (PMAs), e países com economias de rendimento relativamente elevado, tais como África do Sul

e Maurícias. Consequentemente, as necessidades e preocupações em relação ao financiamento para o desenvolvimento diferem de país para país. Convém portanto que o estudo abranja o maior número possível de países ou grupos de países. Considerando esta heterogeneidade, dois questionários foram enviados a cada um dos 53 países africanos: um ao banco central e outro ao ministério de finanças e planeamento ou a um departamento governamental responsável pelas questões ligadas ao desenvolvimento económico. Os questionários foram dirigidos aos governadores do banco central e ministros de finanças, planeamento ou desenvolvimento económico em cada país, que foram solicitados a seleccionar um funcionário apropriado para preencher o questionário.

Dos 106 questionários enviados aos responsáveis africanos, 57 foram devolvidos, o que representa 32 países e todas as cinco sub-regiões da África, bem como os PMAs, países encravados, exportadores de petróleo e países insulares.¹ As respostas foram obtidas sob a condição de que os nomes e opiniões não seriam revelados. Por isso, no questionário, os inquiridos não foram solicitados a indicar o seu país. Contudo, indicaram se pertencem a PMAs, países exportadores de petróleo, insulares ou encravados. Vinte e nove (52,7 por cento) questionários foram recebidos de gestores de topo, catorze (25,5 por cento) de gestores de nível médio, e doze (21,8 por cento) de gestores de nível mais baixo. As respostas vieram principalmente de bancos centrais (50,9 por cento), seguidos pelos ministérios de finanças, planeamento e desenvolvimento económico (40,4 por cento).² Apenas cinco respostas foram enviadas por outros departamentos governamentais.

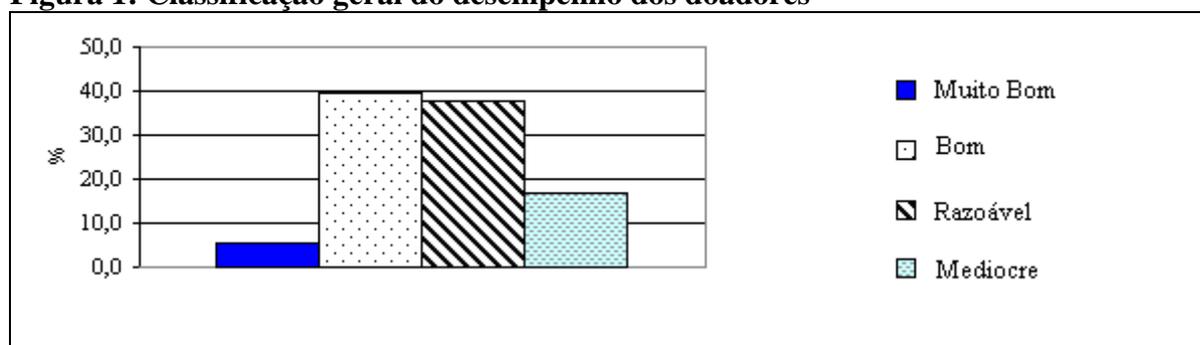
O questionário contém nove partes. A Parte A refere-se a questões gerais sobre as características dos inquiridos. Em particular, identifica o nível administrativo dos inquiridos, se trabalham no banco central, ministério de finanças ou qualquer outro departamento governamental, e se provêm de um país encravado, PMA ou qualquer outro agrupamento de países. A Parte B do questionário refere-se a impressões e opiniões gerais dos dirigentes africanos sobre o Consenso de Monterrey, enquanto que as Partes C a H incidem sobre opiniões nas seis áreas principais do Consenso. Finalmente, a Parte I trata dos desafios, constrangimentos e a via a seguir.

3. Análise dos resultados

O inquérito tinha por objectivo obter as opiniões dos dirigentes africanos sobre o desempenho dos doadores no cumprimento dos compromissos gerais do Consenso de Monterrey. A Figura 1 apresenta os resultados do estudo. Os inquiridos afirmaram que o desempenho dos doadores no que diz respeito aos compromissos do Consenso de Monterrey tem sido de um modo geral modesto, com avaliação de desempenho de doadores de 39,6 por cento como Bom e avaliação de apenas 5,7 por cento como Muito Bom. A maioria dos inquiridos (55 por cento) considera o desempenho de doadores como razoável ou fraco. Certamente, os doadores não são responsáveis por todos os aspectos dos compromissos de Monterrey. Por exemplo, em áreas como mobilização de recursos internos e externos, os países africanos têm um papel fundamental a desempenhar para garantir o sucesso. Consequentemente, o inquérito procurou igualmente obter as opiniões dos responsáveis africanos sobre o seu desempenho nessas áreas e os resultados são apresentados a seguir.

¹ De realçar que estes grupos não são mutuamente exclusivos. Por exemplo, alguns países encravados são PMAs e alguns PMAs são exportadores de petróleo.

² Em relação a vários países, os questionários completos foram devolvidos por apenas uma instituição: ou o banco central ou o ministério das finanças.

Figura 1: Classificação geral do desempenho dos doadores

O resultado está em conformidade com a prova baseada nos dados macroeconómicos publicados, que indicam progressos moderados na implementação dos compromissos (Quadro 1). O objectivo fundamental do Consenso de Monterrey é aumentar o crescimento e reduzir a pobreza nos países pobres. O Quadro 1 mostra que, com base nos recentes dados recolhidos, o desempenho económico da região da África melhorou ligeiramente desde que o Consenso de Monterrey foi adoptado. O crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 3,3 por cento no período pré-Monterrey (1998-2001) para 4,0 por cento no período pós-Monterrey (2002-2005). Em 2007, a região deve crescer 6,2 por cento. Houve igualmente pequenas melhorias na inflação, que baixou de 11,8 por cento no período pré-Monterrey para 9,2 por cento no período pós-Monterrey.

Quadro 1: Indicadores macroeconómicos seleccionados para a África, (médias)

Indicador	Pré-Monterrey (1998-2001)	Pós-Monterrey (2002-2005)
Geral		
Crescimento económico (%)	3.3	4.0
Inflação (%)	11.8	9.2
Recursos internos		
Poupança/PIB (%)	19.0	22.0
Investimento/PIB (%)	19.7	20.1
Recursos internacionais		
IDE (em biliões de dólares EUA)	11.9	18.1
IDE/PIB (%)	2.1	2.4
Comércio		
Crescimento real de exportação # (%)	3.7	4.9
Exportações/PIB (%)	29.0	33.0
Cooperação		
APD (em biliões de dólares EUA)	16	28
Dívida externa		
Dívida (em biliões de dólares EUA)	274.0	293.0
Dívida/PIB (%)	62.0	47.0
Total do serviço da dívida/PIB (%)	5.9	4.4

Fontes: CEA (2007); Banco Mundial (2007); OCDE (2007a).

Em relação às cinco áreas do Consenso, os resultados mostram que existe mais preocupação com a falta de progressos no comércio internacional como um motor de desenvolvimento. Cerca de 34,6 por cento dos inquiridos indicaram que esta é a área onde os progressos foram os menos visíveis (Quadro 2). De certo modo, este resultado é surpreendente,

uma vez que os dados macroeconómicos demonstram que as exportações aumentaram em África no período pós-Monterrey. Além disso, o rácio entre exportações e o PIB aumentou de uma média de 29 por cento no período pré-Monterrey (1998-2001) para 33 por cento no período pós-Monterrey (2002-2005). Contudo, estas respostas são compreensíveis, em virtude da pequena parcela do comércio mundial que cabe à África e a frustração crescente dos países africanos na Ronda de negociações sobre o comércio de Doha (Osakwe 2007).

Os inquiridos identificaram igualmente a mobilização de recursos internacionais e a mobilização de recursos internos como áreas em que os avanços foram muito limitados. Cerca de 17,3 por cento dos inquiridos identificaram as duas como áreas importantes. A dívida externa parece ser a única área que muito poucos inquiridos escolheram para apreciação. Isto está em conformidade com os dados macroeconómicos apresentados no Quadro 2, que demonstra que a redução da proporção de dívida externa em relação ao PIB em África diminuiu drasticamente no período pós-Monterrey.

Quadro 2: Áreas de menos progressos sobre o Consenso de Monterrey (%)

Área	Amostra completa	PMAs	Exportadores de petróleo
Mobilização de recursos internos	17.3	14.0	7.1
Mobilização de recursos internacionais	17.3	14.0	14.3
Comércio internacional como um motor de desenvolvimento	34.6	34.0	42.9
Reforço de cooperação financeira e técnica internacional	11.1	16.0	0.0
Dívida externa	4.9	4.0	14.3
Assuntos sistémicos	14.8	18.0	21.4
Total	100.0	100	100

Os inquiridos dos países exportadores de petróleo tiveram opiniões menos positivas do que a amostra completa ou os PMAs acerca do grau de progressos na área de comércio internacional. Cerca de 43 por cento de inquiridos dos países exportadores de petróleo indicaram que foi a área de menos progressos, em comparação com 34 por cento da amostra completa e dos PMAs (Quadro 2). Isto é surpreendente, porque os países exportadores de petróleo têm melhor acesso aos mercados mundiais para as suas principais exportações do que os PMAs e era de se esperar que tivessem opiniões mais favoráveis nesta área do que os PMAs.

Em relação à pergunta sobre como é que os objectivos do Consenso seriam alcançados no seu país até 2015, os dirigentes africanos foram cautelosamente optimistas. Cerca de 38 por cento afirmaram que era algo provável, enquanto que 44 por cento consideraram que era menos provável. Nos dois extremos, apenas 11,1 por cento e 5,6 por cento foram de opinião que era muito provável ou improvável. Estas respostas reflectem o comportamento geral na região que mais necessita ser considerada pelos países africanos e pelos seus parceiros de desenvolvimento para aumentar as perspectivas da realização dos objectivos do Consenso e dos ODMs em geral. Importa realçar que os inquiridos dos PMAs tiveram uma reacção menos favorável a esta pergunta do que a amostra completa. Aproximadamente 60 por cento deles afirmaram que era menos provável que os objectivos do Consenso fossem alcançados no seu país até 2015, em comparação com 44 por cento para a amostra completa e 45 por cento para os exportadores de petróleo.

Foram registados progressos muito limitados na realização dos principais objectivos do Consenso de Monterrey. Embora avanços significativos tenham sido registados na área da dívida externa, o desempenho nas áreas de comércio internacional e mobilização de recursos externos e internos está muito aquém das expectativas.

Mobilização de recursos internos

Como se demonstra no Consenso de Monterrey, existe uma grande convicção de que os países africanos devem confiar mais nos recursos internos para o financiamento do desenvolvimento no continente. Dados macroeconómicos disponíveis mostram que a média anual do rácio entre poupança e PIB aumentou ligeiramente de 19 por cento no período pré-Monterrey para 22 por cento no período pós-Monterrey (Quadro 1). É claro que se trata de um valor relativamente às taxas das economias de crescimento rápido na Ásia Oriental e América

Latina e Caraíbas.³ É igualmente baixo em relação às necessidades de investimento da região para a realização dos ODMs.

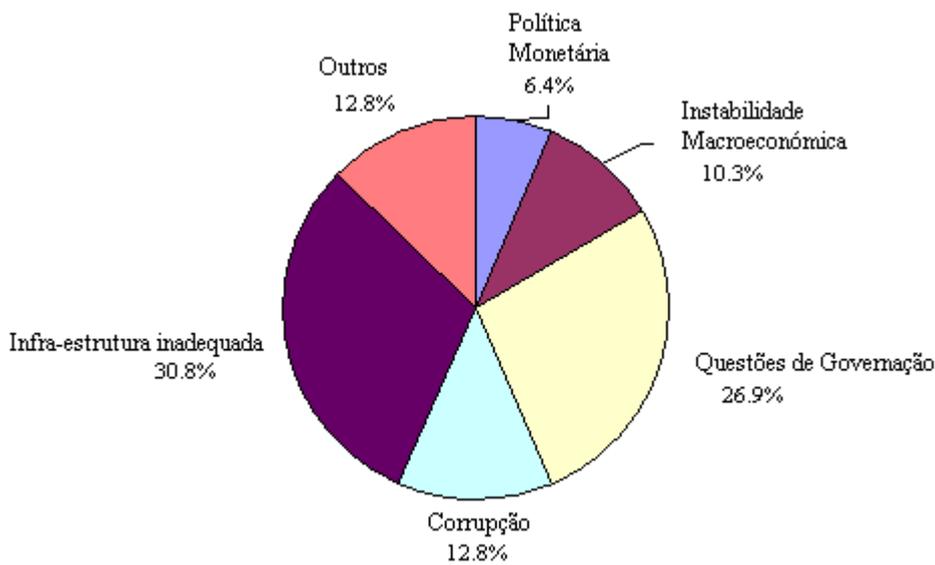
Dos que responderam ao questionário, 41 por cento avaliaram o desempenho do seu país na mobilização das poupanças internas como sendo bom.⁴ Cerca de 28 por cento opinaram que era razoável e 25 por cento consideraram-no medíocre. Isto está de acordo com a evidência dos dados macroeconómicos sobre poupanças, que sugere que os progressos nesta área foram pouco significativos. Contudo, 58,9 por cento dos inquiridos indicaram que as políticas económicas nacionais apoiaram de forma moderada a mobilização de recursos internos para o desenvolvimento, em comparação com 23,2 por cento dos inquiridos que declararam que estas políticas foram muito encorajadoras. Apenas 17,9 por cento foram de opinião que as políticas internas não foram encorajadoras. Os inquiridos afirmaram também que uma grande maioria dos países (65,4 por cento) tinha uma estratégia nacional de desenvolvimento para a mobilização de recursos internos, embora quase 60 por cento salientasse que a implementação desta estratégia tinha sido fraca ou completamente inexistente.

A maior parte dos inquiridos considerou que o nível de poupanças internas relativamente às necessidades de investimento no seu país foi ou baixo (57,1 por cento) ou muito baixo (16,1 por cento). É o que se verifica nas tendências indicadas no Quadro 1, que demonstram que as economias em África apenas aumentaram ligeiramente e continuam a ser inadequadas para a realização das necessidades de financiamento do continente. Como se indica na Figura 2, os dirigentes africanos que responderam ao questionário realçaram vários obstáculos que impediram a mobilização de recursos internos. O maior obstáculo é a deficiente infra-estrutura financeira (30,8 por cento), seguida pelas questões de governação (26,9 por cento) e corrupção (12,8 por cento).⁵ Estranhamente, para os exportadores de petróleo, o maior obstáculo são as questões de governação (33 por cento), a seguir figura infra-estrutura inadequada (26 por cento). Não é de se admirar que os inquiridos na amostra completa, assim como nos PMAs, identificassem a infra-estrutura inadequada como o principal constrangimento, em virtude da grande escassez ou falta de instituições e serviços financeiros nas zonas rurais onde vive uma grande camada da população. Embora os bancos dominem os sistemas financeiros nos países africanos, são geralmente relutantes em instalar delegações nas zonas rurais e por isso não podem desempenhar um papel efectivo na mobilização de poupanças rurais.

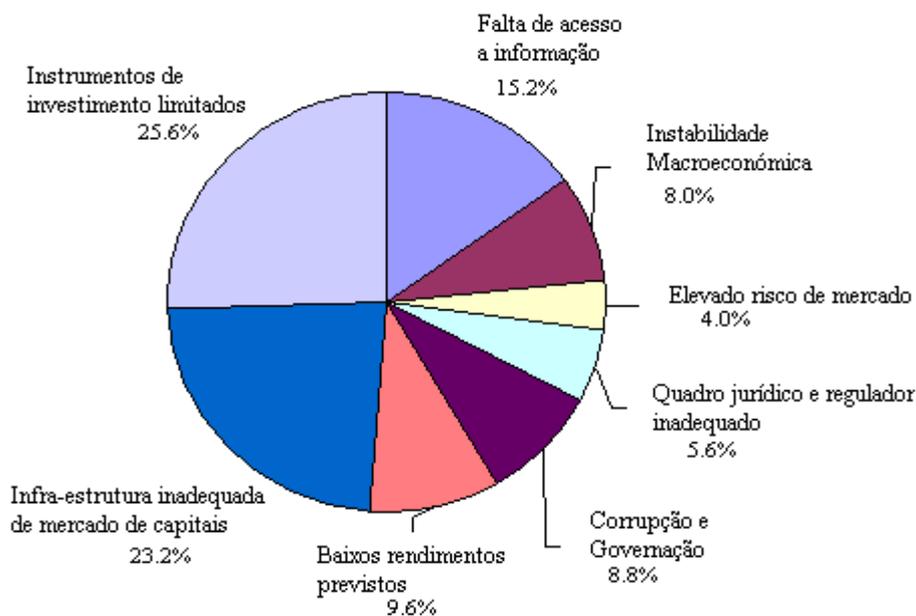
³ Loayza et al. (2000) discutem os determinantes de poupanças nos países em desenvolvimento. Ver também Aryeetey and Udry (2000).

⁴ Para PMAs e exportadores de petróleo, os valores são 29 por cento e 54,5 por cento respectivamente. A resposta esmagadoramente positiva dos países exportadores de petróleo pode ser explicada pelo facto de os recentes aumentos nos preços do petróleo terem conduzido a um impulso nas poupanças públicas e consequentemente internas (FMI 2007).

⁵ Infra-estrutura financeira refere-se ao conjunto de normas, instituições e sistemas de acordo com os quais os agentes realizam transacções financeiras (ver Bossone et al. 2003).

Figura 2: Obstáculos à mobilização de recursos internos

Cerca de 73,5 por cento dos inquiridos afirmaram que o sistema bancário nacional foi apenas parcialmente eficaz ou completamente ineficaz na mobilização da poupança. A reforma do sector bancário para melhorar a eficiência e reforçar o acesso das famílias rurais aos serviços financeiros desempenharia um papel importante na valorização das poupanças internas na região. Os mercados de capitais podem igualmente desempenhar um papel essencial. Possibilitam a afectação de recursos de forma eficaz, mobilizam capital interno e estrangeiro e facilitam as iniciativas de privatização. Todavia, os países africanos não foram capazes de explorar este potencial para a mobilização de recursos e intermediação financeira.

Figura 3: Obstáculos à utilização de mercados de capitais para mobilização da poupança

Evidentemente, o desenvolvimento de mercado de capitais exige a formação de instituições, elaboração de novos instrumentos e criação ou melhoria de quadros jurídicos e reguladores. Como se indica na Figura 3, os principais obstáculos à mobilização das poupanças através do desenvolvimento de mercado de capitais mencionados foram: instrumentos de investimento limitados, infra-estrutura de mercado de capitais inadequada e falta de acesso à informação. Os governos africanos devem empreender mais esforços concertados para resolver esses constrangimentos que impedem o desenvolvimento de mercado de capitais na região. Devem igualmente promover a estabilidade macroeconómica e um ambiente favorável para atrair investimentos do sector privado. A incerteza macroeconómica impede as actividades de mercado de capitais e também encoraja a fuga de capital.

Embora os governos estejam a empreender esforços para a mobilização de recursos internos, as poupanças nos países africanos continuam a ser inadequadas em relação às suas necessidades de investimento. A infra-estrutura e administração bancárias devem ser melhoradas e o potencial de mercados de capitais e instituições de micro-financiamento devem ser reforçados para a mobilização de recursos.

Mobilização de recursos internacionais

O Consenso de Monterrey realça a importante contribuição de recursos internacionais, particularmente o investimento directo estrangeiro (IDE), para o desenvolvimento. Contudo, o IDE na África Sub-Sahariana é baixo em comparação com outras sub-regiões em desenvolvimento. Concentra-se também em poucos países e é em grande medida destinado ao sector de recursos naturais. Os dados macroeconómicos mostram no entanto que, nos últimos anos, os fluxos de IDE para a região têm estado a crescer intensamente devido não só aos preços elevados de mercadorias, mas também à melhoria da estabilidade macroeconómica. Os influxos líquidos de IDE em África aumentaram de uma média de 11,9 biliões de dólares no período pré-Monterrey para 18,1 biliões de dólares no período pós-Monterrey. De acordo com esta tendência de aumento de investimento estrangeiro no continente, a maioria dos dirigentes africanos na amostra salientaram que os influxos de IDE melhoraram nos últimos cinco anos (17,3 por cento concordam plenamente e 46,2 por cento concordam um pouco com esta afirmação).

Ao mesmo tempo, a maior parte dos inquiridos afirmaram que houve menos progressos por parte dos doadores na mobilização de recursos internacionais para o desenvolvimento na região, com 51,9 por cento e 20,4 por cento a identificar os avanços como razoáveis ou fracos, respectivamente.⁶ Contudo, é difícil relacionar o desempenho dos doadores com os influxos de capitais privados, porque os doadores podem apenas desempenhar um papel indirecto através, por exemplo, de desenvolvimento das capacidades humanas, construção de infra-estruturas e divulgação de informações sobre as oportunidades de investimento existentes. As acções governamentais internas que afectam o ambiente de investimento são mais causas determinantes mais importantes de sucesso nesta área do Consenso de Monterrey. Os resultados indicam igualmente que a grande maioria dos países (67,9 por cento) tem um quadro/estratégia nacional para atrair fluxos de capitais internacionais como IDE.

⁶ A resposta dos exportadores de petróleo foi bastante diferente dessa da amostra completa. Cerca de 90 por cento dos inquiridos consideraram o desempenho dos doadores razoável, em comparação com 51 por cento para a amostra completa e PMAs.

Mais especificamente, as respostas dos questionários revelam que as mudanças na preparação de infra-estruturas físicas, uma força motriz do crescimento económico, foram apenas moderadas (46,3 por cento de respostas) ou insignificantes (42,6 por cento). Além disso, os inquiridos reconheceram que o apoio das instituições regionais e internacionais no sentido de atrair IDE para o desenvolvimento de infra-estruturas e outras áreas prioritárias foi moderado (55,6 por cento) ou insignificante (31,5 por cento). Em comparação com a percepção de apoio inadequado de doadores, as políticas governamentais para atrair fluxos de capitais privados foram em geral classificadas como muito bom (20,4 por cento) ou bom (55,6 por cento).

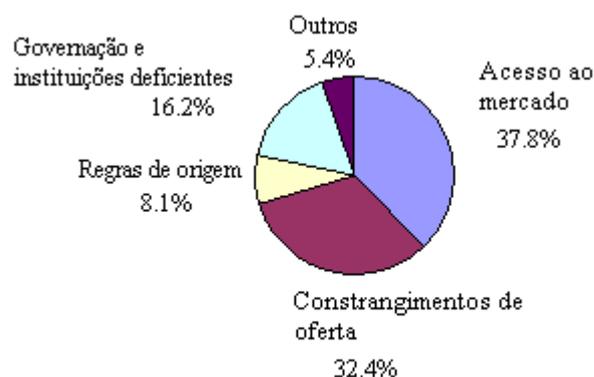
Os governos africanos têm políticas apropriadas para atrair fluxos de capitais privados, mas a resposta dos investidores até agora não tem sido explícita. O influxo de IDE aumentou, mas é ainda insuficiente e demasiado concentrado no sector dos recursos naturais para ajudar a acelerar o crescimento económico e o desenvolvimento. Os doadores e instituições regionais e internacionais devem apoiar os esforços para atrair mais fluxos de capitais privados.

Comércio internacional como um motor de desenvolvimento

O papel catalizador que o comércio pode desempenhar na aceleração do crescimento económico e desenvolvimento é muito reconhecido (McCulloch et al. 2001). A situação do comércio da África continua a ser pouco relevante, tendo a sua parte de exportações globais de mercadorias em 2006 ficado em 2,8 por cento e a sua parte de exportação global de serviços em 2,4 por cento (CNUCED) 2007. Todavia, como consequência do aumento dos preços dos produtos, as exportações estão a crescer mais intensamente na região. O desafio dos países africanos consiste em manter este aumento nas exportações e explorar o potencial do comércio para o crescimento e a redução da pobreza. Neste sentido, os países africanos têm um grande interesse na conclusão de Doha Round (Ronda de Doha) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que até o momento não apresentou os benefícios prometidos nas principais áreas tais como agricultura, acesso ao mercado não-agrícola e desenvolvimento.

Os resultados do estudo revelam que, em comparação com outras áreas do Consenso de Monterrey, o desempenho dos doadores na área de comércio internacional não foi positivo, tendo 77,3 por cento afirmado que os progressos foram ou razoáveis ou medíocres (ver Figura 6). A maioria dos dirigentes africanos que responderam salientou que o grau de acesso aos mercados de exportação dos países desenvolvidos é inadequado, classificando o acesso como razoável (38,5 por cento) ou medíocre (34,6 por cento). Estas percepções são negativas apesar do aumento no crescimento de exportações no período pós-Monterrey, como demonstra o Quadro 1. Como já foi mencionado, a pequena parte pertencente à África no comércio mundial e a inexistência de progressos significativos na conclusão das negociações de Doha Round são em parte responsáveis por essas respostas. Além disso, é discutível se o aumento de exportação da região é sustentável, porque foi apenas accionada por uma aumento na procura de produtos pelas economias emergentes de China e Índia. A excessiva dependência de mercadorias aumenta a vulnerabilidade da região aos choques externos, com consequências para a estabilidade macroeconómica (Dupasquier and Osakwe 2007a).

Figura 4: Barreiras à promoção e desenvolvimento de exportações



A Figura 4 ilustra as barreiras mais importantes à promoção da exportação de acordo com as respostas dos inquiridos. Mostra que o acesso ao mercado e constrangimentos da oferta são considerados pelos dirigentes africanos como as maiores barreiras ao comércio internacional. Em relação às barreiras políticas não comerciais, os inquiridos citaram infraestrutura inadequada (43,5 por cento de respostas), seguida por outros constrangimentos de oferta (35,5 por cento) e o facto de ser um país encravado (16,1 por cento). Apenas 4,8 por cento de respostas indicaram ineficiência portuária como uma grande barreira ao comércio. Relativamente às políticas governamentais, 17,3 por cento dos inquiridos reconheceram que a política do comércio tem sido integrada com sucesso nas estratégias nacionais de desenvolvimento, embora 36,5 por cento concordem um pouco com a proposição.

Embora as exportações tenham aumentado nos últimos anos, os inquiridos acreditam que os doadores não fizeram muitos progressos no apoio aos países africanos na área do comércio. As principais barreiras à promoção da exportação são o acesso ao mercado e constrangimentos da oferta.

Cooperação financeira e técnica internacional

A APD (ODA) continua a ser uma fonte fundamental de recursos para os países africanos, particularmente os que não têm a capacidade para atrair os fluxos de capital privado como os que saem da situação de conflito (Banco Mundial 2002). Como consequência dos recentes compromissos e um maior envolvimento com o continente, a APD para a África aumentou, atingindo uma média de 28 biliões de dólares no período de 2002-2005 (Quadro 1). Juntamente com os fluxos da APD, houve também alguns avanços na eficácia da ajuda.

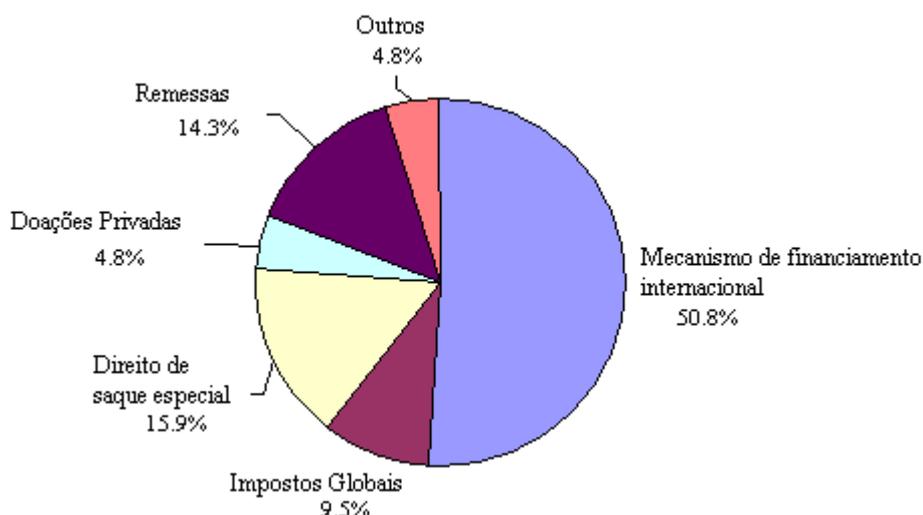
Contudo, os inquiridos mencionaram que o desempenho dos doadores na área da cooperação financeira e técnica internacional foi melhor do que nas áreas do Consenso de Monterrey como comércio, embora as respostas se situem entre uma classificação de bom (40,4 por cento) e razoável (42,3 por cento) (ver Figura 6). Além disso, 66,1 por cento de

inquiridos opinaram que o desempenho dos doadores no cumprimento da quantidade de ajuda foi ou razoável ou medíocre. Os inquiridos exprimiram igualmente a sua preocupação com o facto de que os recentes fluxos de ajuda tendem a concentrar-se em alguns países e que a ajuda de emergência e a redução da dívida externa representam uma percentagem significativa dos fluxos da ajuda.

Por outro lado, os resultados do inquérito mostram que os dirigentes africanos entendem que mais progressos foram registados em termos de eficácia da ajuda e redução da proporção de ajuda condicional do que da quantidade da ajuda. Cerca de 62 por cento de inquiridos referiram que concordam um pouco ou muito que a eficácia da ajuda melhorou. Da mesma forma, 75,5 por cento de inquiridos concordam um pouco ou muito que houve uma redução significativa na proporção da ajuda condicional. Estas classificações são muito mais elevadas do que a recente avaliação global da Declaração de Paris (OECD 2007b). Sobre a afirmação que as acções dos doadores são mais harmonizadas, transparentes e colectivamente eficazes, os inquiridos dividiram-se entre 48,1 por cento a manifestar que concordam um pouco, e 40,4 por cento que discordaram um pouco. Ao mesmo tempo, 64,1 por cento de inquiridos concordam muito ou um pouco que a ajuda está enquadrada nas prioridades do desenvolvimento nacional.

Em termos de estabelecer mais formas inovadoras de financiamento para os países africanos, o inquérito revelou que a maioria dos inquiridos (50,8 por cento) apoiou a criação de um novo mecanismo de financiamento internacional, seguido pela emissão de um direito de saque especial com um foco no desenvolvimento (15,9 por cento) e a mobilização de mais remessas (14,3 por cento). Os resultados são apresentados na Figura 5. A preferência por um mecanismo de financiamento internacional reflecte o apoio geral para esta forma de financiamento tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Figura 5: Preferência pelas formas inovadoras de financiamento do desenvolvimento



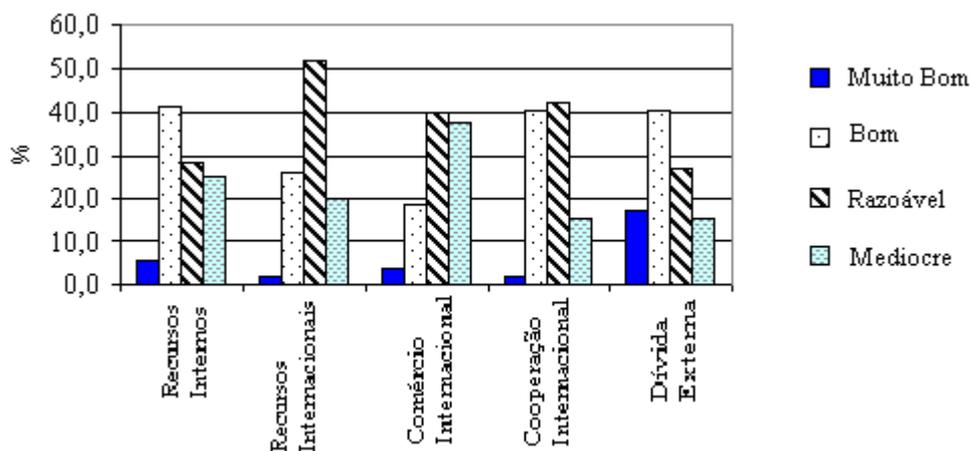
Os fluxos da APD (ODA) para a África estão a aumentar, como se indica tanto nos dados como nas opiniões dos dirigentes africanos. Todavia, os doadores estão ainda a procurar cumprir os seus compromissos e os recentes fluxos da ajuda tendem a ser concentrados em alguns países e sectores sociais (ajuda de emergência e redução da dívida). Há necessidade de aumentar a afectação aos sectores produtivos e também de intensificar os esforços para melhorar a eficácia da ajuda.

Dívida externa

Confrontando-se com um persistente défice financeiro, a maioria dos países africanos teve de pedir empréstimo a mutuantes bilaterais e multilaterais durante várias décadas, conduzindo a acumulação da dívida que não podem pagar. Os problemas da dívida externa limitam as despesas nos serviços e infra-estruturas sociais e reduzem o investimento, com consequências terríveis para o crescimento económico e redução da pobreza (Krugman 1988; Birdsall and Williamson 2002). Reagindo a esta situação, os mutuantes aceleraram os esforços para a redução da dívida nos últimos anos sob os auspícios do plano de HIPC e MDRI. Em resultados destas iniciativas, o rácio entre dívida e PIB em África caiu de uma média de 62 por cento no período pre-Monterrey para 47 por cento no período pós-Monterrey.⁷

De acordo com o impacto positivo destas iniciativas observado nos dados macroeconómicos, os inquiridos mencionaram que o desempenho dos doadores na área da dívida externa foi o mais forte de todas as áreas, com 17,3 por cento a afirmar que o desempenho foi muito bom e 40,4 por cento a afirmar que foi bom (ver Figura 6). No entanto, 24,5 por cento de inquiridos concordam plenamente e 52,8 por cento concordam um pouco com a afirmação que houve progressos significativos na redução da dívida externa dos países africanos. Cerca de 70,6 por cento de inquiridos acreditam que a situação da dívida externa no seu país é sustentável. Evidentemente, estas opiniões reflectem o impacto e o conhecimento da recente redução da dívida proporcionados por HIPC, MDRI e iniciativas bilaterais.

Figura 6: Avaliação de desempenho em áreas seleccionadas do Consenso de Monterrey

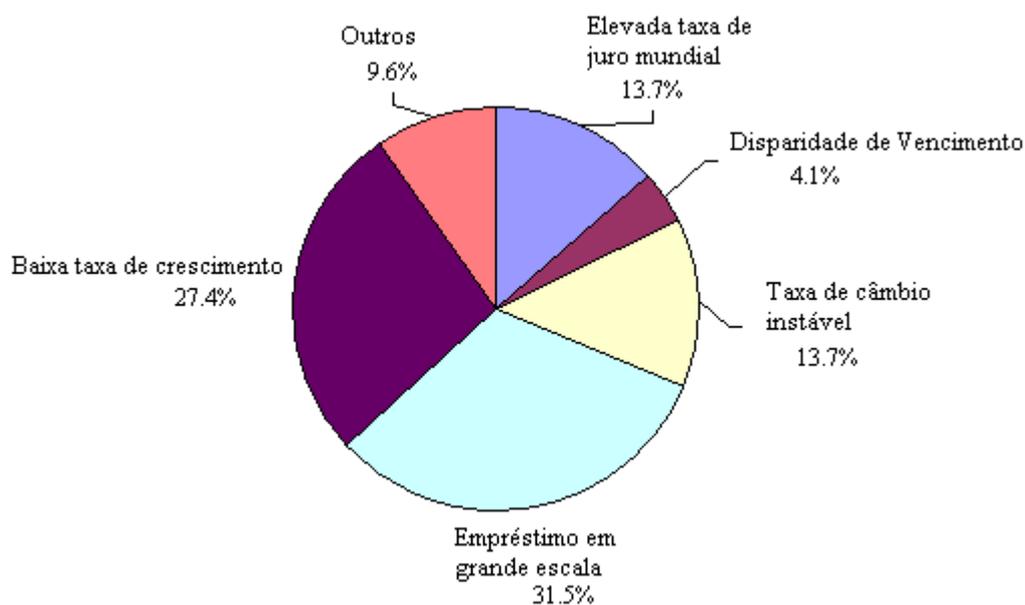


Existe contudo um sentido de prudência no seio dos dirigentes africanos, com uma grande maioria (64,8 por cento) a afirmar que estas iniciativas da redução da dívida apenas podem um pouco conduzir a uma resolução do problema da dívida em África, e 11,3 por cento a acreditar que não é provável que isto aconteça. Os resultados do inquérito revelam igualmente como é que os inquiridos entendem a origem do problema da dívida no seu país. Como se

⁷ Apesar da popularidade da redução da dívida, alguns autores têm opinião controversa de que é pouco provável incentivar o investimento e o crescimento nos países mais pobres do mundo, porque eles não realmente afectados pela suspensão da dívida (Arslanalp and Henry 2006).

indica na Figura 7, a causa mais citada é o empréstimo em grande escala, seguido pela baixa taxa de crescimento, taxas de juros mais elevadas e taxas cambiais instáveis. Os inquiridos dos PMAs tiveram uma opinião diferente sobre este assunto. Cerca de 35,6 por cento deles reconheceram que a principal origem do problema da sua dívida externa era baixo crescimento económico, seguido por empréstimo em grande escala (26,7 por cento). É notório que a taxa de crescimento económico tem sérias consequências para a capacidade do país de manter rácios da dívida sustentáveis. Fundamentalmente, um país pode sair da dívida se a sua taxa de crescimento for maior do que a taxa de crescimento da sua dívida.

Figura 7: Origem da dívida externa nos países africanos



Houve uma redução significativa no fardo da dívida externa dos países africanos em virtude das recentes iniciativas da redução da dívida. Em geral, mais redução da dívida deve ser providenciada e os governos devem usar cautela no empréstimo de modo a garantir que a sua dívida seja sustentável.

Assuntos sistémicos

Além das áreas específicas acima mencionadas, o Consenso de Monterrey também reconhece a importância de realçar a coerência, governação e consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais. Nos últimos anos, houve vários diálogos multilaterais sobre os principais assuntos sistémicos para a melhoria da estrutura de governação de instituições financeiras internacionais nos mercados emergentes.

Em relação a esta área do Consenso, os resultados do inquérito indicaram que a maioria dos inquiridos discordou um pouco (56.6 por cento) com a noção de que as actuais estruturas de governação de instituições financeiras permitem a participação efectiva dos países africanos na economia mundial. Os PMAs tiveram uma resposta menos favorável sobre esta questão, com 66 por cento que discordam um pouco com a afirmação. Contudo, a maioria dos inquiridos classificou os esforços recentes para melhorar a coerência e a consistência dos sistemas

monetários, financeiros e comerciais internacionais como relativamente satisfatórios (52,8 por cento) ou satisfatórios (24,5 por cento), o que pode reflectir o reconhecimento de que grandes esforços foram empreendidos pela OMC para melhorar a participação dos países africanos na tomada de decisão. Pode igualmente reflectir o reconhecimento de que discussões estão em curso em algumas organizações internacionais (FMI, Banco Mundial) sobre como tornar os países pobres mais envolvidos nos seus processos de tomada de decisão.

Embora haja iniciativas para melhorar a governação dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais, os inquiridos acham que os doadores devem intensificar os esforços para melhorar a participação dos países africanos nos órgãos decisórios de organizações internacionais.

4. Desafios, constrangimentos e ensinamentos

O inquérito procurou igualmente identificar a percepção dos dirigentes africanos quanto aos desafios e constrangimentos que impedem a implementação do Consenso de Monterrey em África. A nível nacional, os inquiridos salientaram vários assuntos que devem ser abordados, incluindo a governação deficiente, corrupção e a falta de instituições credíveis. Governação e instituições inadequadas dificultam a mobilização de recursos internos e também aumentam os prémios dos riscos nacionais, inibindo deste modo os esforços para a mobilização de recursos externos. Além disso, a incapacidade de impor as leis cria insegurança e dificulta as empresas de investirem e operarem na região. O ambiente de investimento deve por conseguinte ser melhorado e novas políticas e estratégias devem ser estabelecidas para atrair o IDE (FDI) e mobilizar os recursos internos.

Infra-estrutura inadequada e outros tipos de constrangimentos ligados à oferta foram mencionados por vários inquiridos como desafios e impedimentos à promoção de exportações e comércio. Estes problemas são constituídos pela falta de capacidade efectiva de negociação, que dificultou os países africanos de defender os seus interesses e aumentar a sua participação no sistema do comércio internacional. A transformação dos países africanos de produtores de mercadorias a exportadores de produtos dinâmicos foi também identificada como um principal desafio e constrangimento para a redução da pobreza através do crescimento económico sustentável que é o objectivo fundamental do Consenso de Monterrey.

De realçar que os países de rendimento médio na região acham que têm mais dificuldade de acesso à ajuda e outras formas de assistência para o desenvolvimento em relação aos outros países na região. Os PMAs, países insulares e países encravados também exprimiram a opinião de que as suas circunstâncias económicas especiais e vulnerabilidade aos choques externos apresentam um sério obstáculo à realização dos objectivos do Consenso de Monterrey. A falta de apropriação nacional de estratégias de desenvolvimento foi igualmente identificada como um constrangimento por vários inquiridos. Existe a preocupação de que os parceiros de desenvolvimento têm influência indevida no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento nacional e que isto inibe a capacidade de um país de definir as suas próprias prioridades. A mobilização de apoio do público em geral e das principais partes interessadas foi igualmente identificada como um desafio.

No que diz respeito aos doadores, uma das principais questões levantadas pelos inquiridos refere-se aos níveis inadequados e imprevisibilidade da ajuda, o que dificulta extremamente os países africanos de financiar os principais projectos de desenvolvimento que

podem ajudar a reduzir a pobreza. A previsibilidade dos fluxos da ajuda permitiria aos governos avaliar melhor os fluxos dos recursos e portanto fazer melhores opções e tomar melhores decisões políticas. Foram ainda referidos a falta de enquadramento, coordenação e harmonização da ajuda, bem como os progressos lentos na redução da proporção da ajuda condicional.

As barreiras contínuas de acesso ao mercado enfrentadas pelos países africanos nos mercados dos países desenvolvidos constituem uma outra preocupação e desafio para a região. Muitos inquiridos realçaram que esse proteccionismo os impediu de explorar os potenciais benefícios gerados pelo sistema comercial multilateral. O reforço do apoio dos doadores com vista ao desenvolvimento da capacidade comercial para permitir aos países obter mais vantagens do sistema comercial é também um desafio importante para os países africanos (Dupasquier and Osakwe 2007b).

5. Observações finais e medidas a tomar

Em geral, o inquérito dos dirigentes africanos sugere que foram registados progressos muito limitados na implementação e realização dos objectivos do Consenso de Monterrey. Os resultados indicaram também que esforços consideráveis devem ser empreendidos pelos governos africanos e pelos doadores para a mobilização dos recursos necessários para o desenvolvimento na região. A nível internacional, os inquiridos sublinharam a necessidade de os doadores:

- Aumentar a quantidade da ajuda à região como se prometeu no Consenso de Monterrey e nas Declarações da Cimeira de Gleneagles do G-8 e garantir que os futuros aumentos da ajuda não sejam concentrados em alguns países e sectores;
- Melhorar a eficácia da ajuda através do estabelecimento de menos condicionalidades, redução na proporção da ajuda condicional e melhoria da coordenação, enquadramento e harmonização da ajuda;
- Proporcionar mais oportunidades para as exportações africanas de entrar nos mercados dos países desenvolvidos;
- Reforçar as capacidades nos países africanos e utilizar as competências locais nos programas de assistência técnica para valorizar a transferência de conhecimentos;
- Reduzir o tempo que os países qualificados de HIPC levam para mudar de decisão para pontos de conclusão e alargar os programas de redução da dívida existentes de modo a incluir os países que não são HIPC;
- Prestar mais atenção à questão da dívida interna;
- Melhorar a participação dos países africanos nos processos de tomada de decisões de organizações internacionais.

É evidente que os governos africanos têm também um papel primordial a desempenhar na realização dos objectivos do Consenso de Monterrey. Neste sentido, os inquiridos recomendaram as seguintes acções a nível nacional:

- Melhorar a qualidade de infra-estruturas para reduzir os custos de transacção;
- Promover a competitividade e diversificação das economias africanas para reduzir a vulnerabilidade aos choques externos e reforçar o crescimento económico;
- Aumentar o envolvimento do sector privado no processo do desenvolvimento, e melhorar o ambiente económico e o clima de investimentos;
- Reforçar a mobilização dos recursos internos através da melhoria das infra-estruturas de governação e financeiras, desenvolvimento de mercados de capitais, luta contra a fuga de capitais e promoção da sensibilização e confiança das pessoas económicas e investidores;
- Promover o comércio intra-africano e internacional através da eliminação de constrangimentos e melhoria de acesso ao mercado;
- Aumentar e acelerar os esforços de integração regional;
- Reforçar a governação através da melhoria dos quadros jurídicos e reguladores, transparência e responsabilidade; e
- Desenvolver estratégias e políticas nacionais mais enérgicas e mais concretas e garantir que sejam efectivamente implementadas e harmonizadas pelo compromisso necessário dos governos e dos doadores.

Referências

- Arslanalp, S. and P. Henry (2006). "Debt Relief." *NBER Working Paper* 12187, April.
- Aryeetey, E. and C. Udry (2000). "Saving in sub-Saharan Africa". *CID Working Paper* No. 38, Harvard University.
- Birdsall, N. and J. Williamson (2002). *Delivering on Debt Relief: From IMF Gold to a New Aid Architecture*. Washington, DC: Centre for Global Development.
- Bossone, B., Mahajan, S. and F. Zahir (2003). "Financial Infrastructure, Group Interests, and Capital Accumulation: Theory, Evidence, and Policy," *IMF Working Paper*, January.
- Dupasquier, C. and P. N. Osakwe (2007a). "Trade Regimes, Liberalization and Macroeconomic Instability in Africa." In J. Senghor and N. Poku (eds.), *Towards Africa's Renewal*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing Ltd.
- Dupasquier, C. and P. N. Osakwe (2007b). "Trade Capacity-Building in sub-Saharan Africa: Emerging Issues and Challenges." In N. Dinello and E. Aryeetey (eds.), *Testing Global Interdependence: Issues on Trade, Aid, Migration and Development*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- IMF (2007). "Regional Outlook: Sub-Saharan Africa." *World Economic and Financial Surveys*, April. Washington DC: IMF.
- Krugman, P. (1988). "Financing versus Forgiven a Debt Overhang." *Journal of Development Economics*. Vol. 29, pp. 253-268.
- Loayza, N., Schmidt-Hebbel, K., and L. Servén (2000). Saving in Developing Countries: An Overview. *The World Bank Economic Review*, 14, 3, pp. 393-414.
- McCulloch, N., Winters, A., and X. Cirera (2001). *Trade Liberalization and Poverty: A Handbook*. London: Centre for Economic Policy Research.
- OECD (2007a), International Development Statistics (IDS) Online Database.
- OECD (2007b). *2006 Survey on Monitoring the Paris Declaration: Overview of the Results*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development.
- Osakwe, P. N. (2007). "Emerging Issues and Concerns of African Countries in the WTO Negotiations on Agriculture and the Doha Round," In J. Morrison and A. Sarris (eds), *WTO Rules for Agriculture Compatible with Development*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- UNCTAD (2007). Globalization for Development: Opportunities and Challenges. Report of the Secretary-General of UNCTAD to UNCTAD XII, July.
- UNECA (2007). *Economic Report on Africa 2007: Accelerating Africa's Development through Diversification*, Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa (UNECA).

UNECA (2006). *Economic Report on Africa 2006: Capital Flows and the Development of African Economies*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa (UNECA).

United Nations (2002). *Final Outcome of the International Conference on Financing for Development*.

World Bank (2002). *A Case for Aid: Building Consensus for Development Assistance*. Washington, DC: World Bank.

World Bank (2003). *Global Development Finance: Striving for Stability in Development Finance*. Washington, CD: World Bank.

World Bank (2007). *World Development Indicators Online Database*.